



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

ANA CLÁUDIA MACIEL JOHNSON

**A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PROVITA, DE
ACORDO COM A LEI 9807/99**

Brasília/DF

2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

ANA CLÁUDIA MACIEL JOHNSON

**A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PROVITA, DE
ACORDO COM A LEI 9807/99**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do
grau de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos no contexto da
Diversidade Cultural

Professor/a orientador/a: Izabel Cristina Bruno Barcellar Zaneti

Brasília/DF
2015

MACIEL JOHNSON, Ana Cláudia.

A Educação em Direitos Humanos no Provita, de acordo com a lei 9807/99/ Ana Cláudia Maciel Johnson. – Brasília, 2015.

60 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador/a: Dra. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti.

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Sistema de Proteção. 4. Provita.



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Ana Cláudia Maciel Johnson, intitulada A Educação em Direitos Humanos no Provita, de acordo com a lei 9807/99, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Doutora Izabel Cristina Bruno Barcellar Zaneti (Presidente)

Universidade de Brasília (UNB)

____ (Examinador/a)

Brasília, novembro de 2015

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que participaram de alguma forma do PROVITA. E, mesmo diante das diversas adversidades, não desistem de contribuir com a justiça, por acreditar no desenvolvimento de melhores políticas públicas para o Programa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, esposo, pais e irmã pelo apoio e compreensão nos dias de estudo.

Agradeço a Izabel Cristina Bruno Bacerllar Zaneti, pela orientação acadêmica, opinião sincera, paciência e total apoio em toda a estruturação da pesquisa;

Agradeço aos meus queridos amigos, companheiros, cujo apoio é demonstrado de várias formas e com quem sempre posso contar;

Agradeço a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos pela valiosa contribuição em minha formação acadêmica e profissional, que me legou uma consciência mais crítica na aplicação prática do estudo dos Direitos Humanos e da Pedagogia da Proteção.

“[...] que os que me lerem ou me ouvirem não o façam com suposições prévias de nenhuma espécie, nem ideias próprias, mas sim que estejam dispostos a colocar-se ao nível do meu tema, mesmo que acerca dele tenham falado ou discutido, e fazendo de conta que pela primeira vez o estão estudando, como se ainda não soubesses dele, despindo-se, pelo menos enquanto durar a minha investigação, de tudo quanto a seu respeito tenham conhecido.”
(LASSALLE, Ferdinand. *A Essência da Constituição*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 3-4).

RESUMO

Este estudo é resultado da análise dos aspectos da Educação em Direitos Humanos no Sistema de Proteção Brasileiro, o qual é formado pelo Provita (Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas) no Brasil, cuja execução é feita através de parceria do Estado com entidades da sociedade civil, juntamente com mais dois programas, os Defensores de Direitos Humanos e o PPCAAM (Programa de Proteção a criança e ao adolescente ameaçado de morte). Em meio a tantas violações, os programas de proteção tem o objetivo de sobrepor o direito à vida, a qualquer outro direito. O presente estudo se destina especificamente a análise dos aspectos da Educação em Direitos Humanos no Provita a partir da análise dos aspectos da pedagogia da proteção. A interligação entre Direitos Humanos e o Direito à Vida, leva a pensar na garantia da reinserção social do sujeito protegido com segurança. Acresce com isso que se faz necessário compreender também como lidar com a educação em direitos humanos em uma perspectiva do olhar protetivo. A educação em direitos humanos procura trabalhar a formação de sujeitos, educando pessoas para que lidem com diversas situações e se comprometam a promover uma cultura de direitos. Em vista disso os ciclos de formação profissional do Provita possibilitam uma forma de tentar efetivar o trabalho técnico com a educação em direitos humanos dentro do programa de proteção, visando, sobretudo difundir a cultura de direitos humanos entre os sujeitos protegidos. Aborda a perspectiva pedagógica da intervenção, como possibilidade de contribuição não só na reinserção social e proteção da integridade física das testemunhas, vítimas e familiares, mas no incentivo a participação e cidadania ativa dos sujeitos protetivos. Investigou as mudanças ocorridas no programa desde 1996, ano de surgimento do programa e analisou o que consiste o Provita, a participação da sociedade civil nesse programa e o papel dos técnicos que compõe as equipes interdisciplinares. O método utilizado foi o dedutivo e o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário com o corpo técnico do programa

Conclui-se que diante das mudanças ocorridas nos diversos cenários do país, o fazer técnico do programa passa por modificações para melhor atender seu público alvo como forma de possibilitar que o processo de reinserção social das pessoas aconteça. . Pois, nas respostas dos questionários aplicados, naturalmente percebe-se que diante do contexto atual, mesmo diante de poucos estudos sobre a temática protetiva, seja pelo sigilo, seja pela carência de publicações que contemplem os direitos humanos em suas atuações no sistema protetivo, mas quando tratamos da educação em direitos humanos é preciso que haja abordagens mais específicas e um preparo maior dos educadores, que no caso são os técnicos do programa, para a construção da relação protetiva que permita a transposição de um sujeito despontecializado para um sujeito potencializado de seus direitos e deveres enquanto cidadão. Nesse sentido tendo como problema de pesquisa investigar como a Pedagogia da Proteção contempla os direitos humanos e a educação em direitos humanos nas praticas e procedimentos do Provita, o presente estudo trabalha os encaminhamentos dessa relação no período protetivo.

Palavras-chave:

Educação Popular.

1. Provita.
2. Educação em Direitos Humanos.
- 3.
4. Pedagogia da Proteção.

ABSTRACT

This study is the result of the analysis of the education aspects of human rights in the Brazilian Protection System, which is formed by Provita (Victim Assistance Program and the Endangered Witnesses) in Brazil, whose execution is done through the state partnership with entities civil society, along with two programs, human rights defenders and PPCAAM (Protection Program to children and adolescents threatened of death). Amidst all these violations, protection programs aims to soprepor the right to life, the other rights. This study is specifically aimed at analyzing the apectos Human Rights Education in Provita from the analysis of the aspects of pedagogy of protection. The link between Human Rights and the Right to Life, makes you think in ensuring social reintegration of the subject protegico safely. In addition to what is necessary to understand also how to deal with human rights education in a perspective of looking protective. The human rights education seeks to work the formation of subjects, educating people to deal with various situations and commit themselves to promote a culture of rights. In view of this vocational training cycles Provita enable a way of trying to carry out the technical work with human rights education within the protection program, aimed mainly spread the culture of human rights among the protected subject. Addresses the pedagogical perspective of intervention, as a possible contribution not only in the social reintegration and protection of the physical integrity of witnesses, victims and family members, but in encouraging the participation and active citizenship protective subject. Investigated the changes in the program since 1996, the emergence of program year and analyzed what is the Provita, the participation of civil society in this program and the role of the technicians who make up the interdisciplinary teams. The method used was deductive and the technical procedure of literature and a questionnaire to the staff of the program

We conclude that in the face of changes in the various scenarios of the country, making technical program undergoes changes to better serve its target audience as a way to enable the process of social reintegration of people happen. . For the responses of the questionnaires, of course it can be seen that given the current context, despite the few studies on the protective theme, either by secrecy, either by lack of publications that include human rights in their performances in the protective system, but when we deal with human rights education there needs to be more specific approaches and better preparation of teachers, which in the case are the program's technical, for the construction of protective interface that enables the implementation of a subject despontecializado for a guy boosted their rights and duties as citizens. In this sense having as research problem to investigate the Protection of Pedagogy includes human rights and human rights education in Provita's practices and procedures, this study works referrals that relationship in the protective period.

Keywords: 1. Provita. 2. Human Rights Education. 3. Popular Education. 4. Pedagogy of Protection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 Capítulo I - PROVITA: Breves considerações.....	14
1.1 Noções Introdutórias.....	14
1.2 Lei da Proteção.....	15
1.3 Programa Federal.....	19
1.4 Provita e os Direitos Humanos.....	22
2 Capítulo II - Pedagogia da Proteção no âmbito do Provita.....	24
2.1 Educação em Direitos Humanos.....	24
2.2 Educação Popular.....	26
2.3 Processos Educativos no Provita.....	28
3 Capítulo III - Ação Interventiva no Provita Federal.....	32
3.1 Metodologia.....	32
3.2 Análise e Discussão do Processo de Intervenção.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	47

INTRODUÇÃO

No contexto atual, a discursão acerca da temática de Direitos Humanos está no cerne de assuntos de bastante relevância na sociedade, seja pelo motivo das pessoas estarem cientes de seus direitos, ou seja, pela própria política de promoção e defesa dos direitos dos cidadãos. Item tão abordado desde a concepção da Constituição Cidadã, como também pelo papel executado pela sociedade civil desde o término do período da Ditadura Militar.

Assim, dentre os muitos temas na área dos direitos humanos, o presente trabalho dispõe a analisar a ótica da Educação em Direitos Humanos. Mas para isso se faz necessário destacar o conceito de Educação em Direitos Humanos contido no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

“Um processo sistemático e multidisciplinar que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa em direitos humanos, bem como da reparação das violações.” (BRASIL, 2010).

Em específico com a temática, foi pensando a área de proteção a pessoas no Brasil, no que se refere ao Sistema de Proteção, o qual foi criado visando um combate a letalidade, sobretudo após a convenção de Direitos Humanos da ONU de Viena, no ano de 1993, possibilitando o país a reflexão sobre a necessidade de instituição de programas de proteção.

Dessa forma, fazem parte do referido sistema: o Programa de Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Provita); o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (DEFENSORES) e o Programa de Proteção a criança e adolescente ameaçado de morte (PPCAAM).

Porém a análise que se desenvolverá nas páginas seguintes terá como base apenas um desses programas, sobretudo devido a complexidade e especificidades de cada política. Assim, o trabalho se destinará a Educação em Direitos Humanos

no Provita, de acordo com a lei nº 9807/99 (lei federal que institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas).

A partir do conceito de Educação em Direitos Humanos acima apresentado, se pode repensar o modelo adotado pelo Provita, no caso de como ocorre o processo de Educação em Direitos Humanos nesse programa, bem como quais as implicações desse conceito para a política de proteção. São questionamentos que pretendemos refletir ao longo do texto que será produzido nas linhas que seguem.

Cumprе informar, conforme foi ressaltado acima, que além do referido programa, o Sistema de Proteção brasileiro conta com mais 2 (dois) programas, quais sejam: o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (DEFENSORES) e o Programa de Proteção a criança e adolescente ameaçado de morte (PPCAAM).

O Provita é o programa que tem como interessados as vítimas, testemunhas e réus colaboradores com a justiça, os quais ao estarem em situação de ameaça por seus depoimentos com uma referida ação judicial, lhes são oportunizadas a decisão de inclusão dentro do programa de proteção, já que não há obrigatoriedade para ingresso e nem permanência na política. Nessa política, uma das principais ações é a transferência da pessoa daquele local de risco para outro local.

Como também o Provita representa um modelo de segurança dentro dos moldes de Direitos Humanos, atendendo aos compromissos assumidos em escala internacional pelo Estado Brasileiro. No qual é valorizado, sobretudo, o conceito de dignidade da pessoa humana, já que a o protegido não fica submetido ao contexto do processo, mas passa a ser protagonista da construção da justiça.

O Provita se diferencia em alguns aspectos do programa Defensores, sobretudo no aspecto de público-alvo, já que esse se destina a um outro modelo de proteção, que visa a efetivação do apoio aos se engajam na promoção ou defesa dos direitos humanos e por isso se encontram em situação de risco e ameaça, como por exemplo, um pajé de uma tribo indígena da Amazonia, nesse caso ele continua na tribo, já que sua presença é de suma importância para a coletividade. Assim, a pessoa ameaçada não sai do local considerado como de risco, devido a sua importância naquele ambiente.

Já o PPCAAM se destina a proteção de crianças e jovens que tem uma ameaça comprovada, não sendo necessária a vinculação dessa ameaça a um processo judicial ou investigação policial em tramitação, sendo essa uma das

diferenças para o Provita, a não necessidade de vinculação a existência de um processo.

A concepção do Programa de Proteção Provita aspira a metodologia interdisciplinar, entrelaçando ao saber do Direito, as contribuições do Serviço Social e da Psicologia. Isso significa que as pessoas inseridas dentro deste programa são vistas como sujeitos de direitos e não apenas como um simples instrumento de garantia para a produção de prova dentro de uma ação penal.

Assim, refletir a respeito desse período protetivo, o qual as pessoas inseridas na política estão sujeitas se relaciona a análise dos aspectos da denominada “Pedagogia da Proteção”. Termo utilizado pelo estudioso Paulo César Carbonari em sua análise sobre o período protetivo.

Esse conceito se refere a pratica de todos os envolvidos na proteção utilizarem elementos da educação, sobretudo dos aspectos ensinados por Paulo Freire, na construção de sujeitos despontecializados de seus direitos e deveres no campo social (vítimas) para sujeitos potencializados, no sentido de que os protegidos conseguem se reinserir em novo local construindo relações que primem a segurança e a não necessidade de retorno ao local da ameaça. Mas também a contrução de um sujeito que entenda sua importancia em todos os processos de construção daquele novo local de moradia, seja envolvendo as relações interpessoais, seja na contrução da cidadania e sendo inclusive um educador ao poder promover a contrução de conhecimentos com as pessoas daquele determinado local.

Dessa forma, a construção do conhecimento em Direitos Humanos dentro da perspectiva do Provita é algo desafiador. Pois, o esse programa é executado em parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, com vistas à contribuição do processo de reinserção social dos usuários no novo local de moradia.

A experiência brasileira de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, bem como de seus familiares, difere dos modelos adotados por outros países, como os Estados Unidos. Pois, no Brasil, a sociedade civil é legitimada para executar essa política pública, em parceria com o ente estatal. Isso ocorre pelo motivo de ser historicamente, o Estado Brasileiro, um grande violador de Direitos Humanos, principalmente através de seus agentes públicos (integrantes da polícia, parlamentares, entre outros).

Em relação ao processo de intervenção que se pretende desenvolver ao longo deste trabalho tentará analisar como os técnicos do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas estão compreendendo o atual contexto dessa política pública, sobretudo no que se refere aos conceitos de Educação Popular e de “Pedagogia da Proteção” utilizados nos instrumentais do Programa.

Uma observação deve ser feita, sobretudo no que se refere ao sigilo das informações. Pois segundo a lei nº 9807/99, norma que rege o Programa, é vedado à divulgação do atual local de moradia das pessoas inseridas no Programa de Proteção. Devido a esse fato, a intervenção foi direcionada aos técnicos, como forma de respeito a esse requisito garantido legalmente. Pois como realizar uma intervenção com pessoas que não se pode divulgar onde estão localizadas? Por isso existe a compartimentalização das informações dentro do provita.

O objetivo geral desse trabalho consiste em demonstrar como a Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia da Proteção é compreendida pelos técnicos do programa federal de proteção (conceito que será explorado em capítulo seguinte) durante a ação protetiva, além de analisarmos os aspectos que envolvem essa política pública e a necessidade de mudanças de práticas e de instrumentais.

Para tanto, será adotado o método dedutivo, que proporciona uma análise que parte do geral ao particular, a fim de permitir uma visão global e ordenada da matéria. Inicialmente, serão abordadas – no primeiro capítulo – noções introdutórias acerca do Provita, com intuito de destacar seu surgimento, interdisciplinaridade, conceitos básicos que envolvem o programa.

Em seguida, será analisado – no segundo capítulo – o papel da Pedagogia da Proteção, no que ela consiste e como vem sendo entendida pelas pessoas envolvidas nesta política pública. Bem como o que se entende por Educação em Direitos Humanos, Educação Popular e os aspectos dessas na Pedagogia da Proteção.

Por fim, no último capítulo, será discutida a análise da intervenção realizada, se essa está de acordo ou não com os conceitos trabalhados nos capítulos anteriores e se esses conceitos de Educação Popular e de Pedagogia da Proteção que estão sendo incorporadas as atividades diárias desses profissionais, diante das

mudanças que aconteceram desde o surgimento do programa no ano de 1996, no estado de Pernambuco, com a entidade Gajop.

Assim, pode-se ao final apresentar alguns indicativos da análise dos questionários aplicados com as publicações sobre o tema. Com isso, se poderá tecer considerações sobre como os aspectos da pedagogia da proteção estão influenciando ou não o desenvolver dos trabalhos dessa política pública.

CAPÍTULO I

Provita: Breves Considerações

Nesse capítulo abordaremos algumas considerações sobre o Provita, a lei federal que o instituiu e sobre o programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas.

1.1 Noções introdutórias

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) surge no ano de 1996, no estado de Pernambuco, de forma pioneira e como maneira de responder ao aumento de crimes naquele estado, sobretudo pelo alto índice de impunibilidade dos agentes acusados do cometimento de ilícitos.

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), entidade da sociedade civil voltada ao desenvolvimento de trabalho com temas relacionados aos Direitos Humanos no estado de Pernambuco que esteve à frente dessa iniciativa de criação do Programa.

No ano de 1998 o Ministério da Justiça passou a custear um projeto dessa entidade voltado ao incentivo a sensibilização de outras entidades da sociedade civil para desenvolverem trabalhos nessa mesma linha. Dessa forma, os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os primeiros a também implantarem a política. Conforme destaca a estudiosa Valdênia Monteiro:

“(...) Em 1998, o Ministério da Justiça financia um projeto com o Gajop com o intuito de sensibilizar outros Estados para a implantação do PROVITA – a partir daí, outros estados incorporaram a ideia do PROVITA, sendo que se encontra hoje implantado em 10 Estados, e mais outros em fase de expansão. Os Estados que têm o programa funcionando são: Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Acre e Minas Gerais.” (Monteiro, 2001, pág 15).

O desafio assim que o programa surgiu foi o de formular uma proposta de política pública que fosse capaz de contribuir para a diminuição da criminalidade nos estados do Brasil, já que o cenário político e social estava marcado pela impunidade e pela banalização da violência, sobretudo quando estas são praticadas por agentes públicos pertencentes aos órgãos de justiça e segurança.

Cumprе registrar que atualmente o Programa está em pleno funcionamento em 16 (dezesseis) estados da federação, quais sejam: Pernambuco, Bahia, Rio de

Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Maranhão, Alagoas, Pará, Amazonas e Acre.

Os demais estados que não possuem programa estadual em funcionamento são atendidos pela equipe do Programa Federal, que através de uma equipe multidisciplinar (como também acontece nos estados) fica como responsável pelo atendimento da testemunha, vítima ou réu colaborador.

Ainda importa frisar que atua de forma interdisciplinar a equipe técnica do Programa de Proteção. Esta composta por um advogado, um psicólogo e um assistente social. Assim, esse também é um desafio para os profissionais envolvidos na atuação com um olhar de equipe e não apenas individual.

Na abordagem e intervenção multidisciplinar do Provita, assistentes sociais, advogados e psicólogos de forma complementar e insubstituível, cooperam para fazer emergir um testemunho qualificado, possibilitando o desvendar do crime e o retrain da impunidade:

“(...) A complexidade da realidade social com a qual se lida quotidianamente no Programa de Proteção, fomenta permeada por elementos como a violência, o medo, a necessidade de construção de nova identidade e de novos referenciais por parte das vítimas, testemunhas e familiares atendidos, foge, certamente, à competência e responsabilidade de um especialista. Para viabilizar os propósitos norteadores deste trabalho, traduzidos pela garantia de uma ação pessoal consciente, interação social, identificação de recursos para a defesa de seus direitos, é necessário o diálogo, a cooperação solidária, aberta e crítica de diversos campos do conhecimento.” (CONCEIÇÃO, 2000, pag. 02).

Por isso os profissionais do Direito, da psicologia e do serviço social devem atuar juntos, já que sozinhos são insuficientes para poder analisar todas as demandas necessárias para uma nova forma de viver a vida, em sua completude.

1.2 Lei de Proteção

A lei 9807/99 foi aprovada pelo Congresso Nacional e posteriormente sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 13 de julho de 1999, autoriza a celebração de convênios, acordos, ajustes entre a união, Estados, Distrito Federal, entre si ou com entidades da sociedade civil organizada.

Essa lei trata a respeito do Programa de Proteção brasileiro, sendo para alguns estudiosos da área da proteção como sendo o fruto da experiência da sociedade civil na área. Já que ela respeita o conceito de vítima.

Essa última foi compreendida na lei supracitada de acordo com a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para as vítimas de Delitos e de Abuso de Poder, resolução da Assembleia Geral da ONU nº 40/34 de novembro de 1985:

(...) 1. Entendem-se por "vítimas" as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder. 2. Uma pessoa pode ser considerada como "vítima", no quadro da presente Declaração, quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e quaisquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima. O termo "vítima" inclui também, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização. (...) (Declaração da ONU, 1985, pag. 01)

Dentre as peculiaridades da lei, podemos destacar o aspecto de que a norma respeita o pacto federativo estabelecido no texto constitucional, assim atribui a responsabilidade a União, aos Estados e ao Distrito Federal para a criação e gestão em conjunto com as entidades da sociedade civil de programas de proteção.

Ainda faz referência aos requisitos para ingresso, permanência e exclusão no programa, aos réus colaboradores, ao requisito da celeridade processual quando envolve pessoas inseridas dentro do programa de proteção, além de fazer referência a possibilidade de alteração do nome.

Nesse último aspecto, vale destacar que apenas em algumas hipóteses pode ser autorizada a mudança de nome, porém apenas durante o período que ocorre a proteção. Dessa maneira, não é uma prática tão comum a aplicação dessa possibilidade legal para os sujeitos inseridos no programa. Já que não se pode apagar a pessoa e cidadão de direitos e deveres que existia com aquele nome anterior.

Esse tema de alteração de nome ainda é muito debatido pelos gestores do programa com as entidades da sociedade civil e demais aparelhos que fazem parte do sistema de segurança e justiça.

Podem-se destacar os requisitos para o ingresso no Programa de Proteção: a situação de ameaça, relação de causalidade, personalidade do interessado, inexistência a limitações de liberdade, anuência do protegido, existência de parecer favorável do órgão do Ministério Público, dentre outros.

Esses requisitos são analisados durante a entrevista com o interessado no ingresso. Assim a equipe técnica atende tanto o interessado quanto seus familiares durante a entrevista de nominada de triagem. Momento de muita valia, onde são possíveis as primeiras percepções sobre o sujeito que poderá vir a ser protegido.

Já que os únicos que podem decidir sobre o ingresso e a permanência de pessoas no programa são o interessado e o conselho deliberativo (CONDEF), a partir de análise do relatório técnico interdisciplinar confeccionado pela equipe técnica. Assim o ingresso e a permanência no programa de proteção são voluntários.

O Conselho deliberativo CONDEF é órgão colegiado formado por pessoas pertencentes ao sistema de segurança e justiça, Estado e entidades da sociedade civil. As reuniões ordinárias acontecem uma vez ao mês, momento em que são deliberadas as solicitações de ingresso, de desligamento e até exclusão. Também pode ocorrer reuniões extraordinárias, a depender da necessidade de cada conselho.

Importa ressaltar que não há hierarquia entre os Conselhos Estadual e Federal, cada qual atua de forma autônoma sem interferência nas atividades desenvolvidas por cada Conselho.

No que se refere à análise de risco do sujeito que será protegido deve-se ter em mente que essa leva em conta a contribuição do testemunho para a elucidação de um determinado crime, além do grau de ameaça que pode ser alvo de análise. O pedido de ingresso no programa de proteção pode, segundo a lei, ser realizada pelo interessado, pelo ministério público, autoridade policial, juiz competente pelo processo crime e também por entidades da sociedade civil com atribuição de defesa dos Direitos Humanos.

A equipe técnica ao realizar a triagem tem o objetivo de elencar algumas desmistificações sobre o programa de proteção, dentre essas, podemos destacar que o programa consiste em retirar a pessoa e caso esteja acompanhado de seus familiares, para um outro local que minimize esse risco, já que o risco não termina, mas pode ser minorado a depender do que pode ser proposto.

Com isso pode ser possibilitada a reinserção social desse sujeito, nesse novo local de moradia. Ou seja, novas amizades, novo trabalho, nova forma de viver sua vida. Tudo isso com a intenção de que após o desligamento do programa, o qual ocorre a pedido dele, termino da ação penal ou por ter cessado os fatos causadores

da ameaça, essa pessoa possa viver naquele local, sem voltar para o local em que aconteceram os fatos.

Cumpre destacar que mesmo com término da ação penal, o sujeito de direitos pode ainda permanecer no programa de proteção, caso não se tenha efetivado a sua reinserção nesse novo local de moradia. Mas para isso é levado em consideração um plano para o desligamento acordado com o sujeito protegido.

Para que essa reinserção aconteça, o programa conta com a colaboração da rede de proteção, que são formadas por pessoas ligadas ou não a entidades da sociedade civil, voluntários, que se comprometem a auxiliar a pessoa nesse novo contexto.

Em relação aos familiares do sujeito protegido, o programa leva em consideração os laços afetivos já estabelecidos, ou seja, essas pessoas podem também ingressar na condição de familiares, conforme destaca a lei 9807/99.

Não menos importante, o papel do ministério público no programa é destaque. Já que esse órgão é o responsável por ser o órgão demandante da proteção, já que para o ingresso é necessário à manifestação favorável do ministério público acerca dos requisitos legais, somando-se a análise da equipe técnica do programa para posterior apresentação ao conselho deliberativo.

A lei também faz referência ao conceito de medida cautelar, a qual poderá ser aplicada, de acordo com a análise de cada caso concreto. Por exemplo, no caso de servidores públicos é assegurado o vencimento para àqueles que ingressam no programa de proteção. Dessa forma, poderão se manter e dependendo do caso, poderão inclusive fazer sua própria segurança, apenas necessitando do programa para o cumprimento de comparecimentos ao juízo para prestar declarações.

Em relação ao sigilo, a lei ressalta no parágrafo quinto do artigo segundo, que *“as medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução”*. Com isso, a responsabilidade pelo sigilo envolve os sujeitos protegidos, funcionários do programa, rede de voluntários e demais pessoas que tenham algum acesso à informação sobre os casos.

Essas pessoas também possuem o compromisso com o programa de proteção, que nesses anos de atuação, pode-se registrar que ninguém foi encontrado por nenhum algoz, durante o período da proteção. Isso ainda presume

que todos os envolvidos podem responder civil, penal e administrativamente caso descumpram a regra do sigilo.

Por fim, a lei também faz referência aos réus colaboradores, no caso deles fazerem um acordo com o Ministério Público, sendo posteriormente homologado por um Juiz de Direito, quanto ao valor probatório de seus depoimentos para um determinado processo, é o que o direito penal denomina de perdão judicial, assim:

“O perdão judicial, instituto do direito penal, pode ser entendido como causa extintiva da punibilidade, consistente em uma faculdade do juiz de, nos casos previstos em lei, deixar de aplicar a pena, em face de justificadas circunstâncias excepcionais.” (Capez, 202, pag. 505).

Por conseguinte, esse réu poderá ser beneficiário do programa, inclusive sendo até concedido o perdão judicial, ou seja, não havendo mais a necessidade de ter sua liberdade cerceada.

1.3 Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

Com a lei de proteção, surge também o Decreto de nº 3.518 de 20 de junho de 2000, o qual foi destinado à regulamentação das regras da proteção. Um dos objetivos desse decreto é a regulamentação do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, em virtude de suas declarações contribuírem com a persecução da investigação criminal.

Tal conjunto de normas se refere às medidas para garantir tanto a integridade psíquica quanto física das pessoas que estão inseridas dentro do programa de proteção.

Segundo esse decreto, a rede de proteção, o órgão executor federal e o CONDEF (Conselho deliberativo Federal) compõe o Programa Federal. Assim, temos a Coordenação Geral de Proteção a Testemunha (CGPT), órgão pertencente à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) como entidade da sociedade civil para gerir conjuntamente o programa.

É interessante perceber que a CGPT é a responsável pela articulação com as autoridades que demandam os casos para serem inseridos no programa federal, para o envio de solicitação de atualização jurídica e endereço para intimação para

comparecimento das pessoas inseridas na proteção, além de atuar também como secretaria executiva do CONDEF. Assim:

“Desse modo, a CGPT recebe os casos e sua respectiva documentação enviada por autoridades públicas dos estados que não possuem Programas Estaduais. Posteriormente tal documentação é encaminhada para a Equipe Técnica da SMDH junto à solicitação de triagem. Após a triagem, momento em que são colhidos dados jurídicos e psicossociais, a equipe passa a possuir elementos para elaborar o Relatório Interdisciplinar, o qual subsidia a futura decisão do Conselho Deliberativo pelo ingresso do caso na proteção, cabendo ressaltar que a Equipe Técnica opina no citado Relatório se é favorável ou não ao ingresso da testemunha. Todavia, a decisão final cabe, de fato, ao Conselho.” (SOUZA, 2009, pág 28).

A função principal do Programa Federal é de atender as demandas de casos dos estados que não possuem programas estaduais de proteção em funcionamento, bem como o Programa Federal também atende aos casos que devido a gravidade, repercussão e abrangência são federalizados, mesmo advindo de estados que possuem o programa estadual em funcionamento.

Esse último aspecto, da federalização dos casos, não representa regra, mas já acontece corriqueiramente dentro da política de proteção. Assim, não causa estranheza o fato do programa federal atender a um caso de um estado que tem programa em funcionamento.

Mas para isso, é necessário que o conselho deliberativo daquele estado se pronuncie quanto o requisito competência, indicando o seu posicionamento se o caso deve ou não ser atendido pelo Programa Federal. Pois deve ser respeitado o pacto federativo estabelecido no texto constitucional.

Um outro aspecto de destaque é o que se refere a equipe multidisciplinar do Programa Federal. Assim, importa registrar o que Manoela de Souza (2009, pág. 27) aborda sobre a equipe multidisciplinar do programa de proteção:

“A equipe da entidade da sociedade civil que operacionaliza o Programa Federal, denominada de central nacional do PROVITA, constitui-se como espaço de produção de conhecimento e compartimentalização das informações no âmbito de todo o sistema de proteção. Sendo, além de responsável pelo acompanhamento indireto dos casos federais e permuta, é intermediador, na indicação de encaminhamentos para as demandas polêmicas do programa e, ainda, condutor das permutas.”

Além da equipe formada pelos profissionais pertencentes à área do Direito, da Psicologia e do Serviço Social, também é notório o papel desempenhado pelos profissionais denominados de “apoio”, que em sua maioria, também atuam junto ao sujeito protegido e os demais profissionais da equipe multidisciplinar. Esse apoio também intervém em sua potencialidade junto às pessoas protegidas, como forma

de assegurar que elas terão seu direito assegurado. Assim, no dia a dia do Programa, o apoio pode acompanhar o protegido junto a bancos, ou para resolver qualquer demanda.

Não menos importante, importa destacar a área denominada de Permutas, a qual consiste em intermediar e acompanhar os casos permutados entre programas estaduais. Isso se aplica quando um referido sujeito da proteção não pode permanecer naquele estado da federal devido ao risco elevado, dessa maneira se pede auxílio para encontrar um outro local seguro, diferente daquele estado originário.

Com isso, a equipe Permutas fica responsável pelo auxílio na busca desse novo local de proteção, além de realizar todo o acompanhamento, sugerindo nas suas intervenções, as melhores decisões para as equipes. Sempre tendo em vista os eixos segurança e reinserção social do núcleo familiar.

Outro aspecto importante dentro desse cenário são os profissionais chamados de “apoio”, que na verdade são responsáveis pelo setor administrativo do programa, como também nos auxílios para a equipe federal em determinados atendimentos, atividades que envolvem ou não deslocamento. Ainda importa frisar que esses profissionais possuem nível superior completo em áreas de formação.

O Programa Federal atualmente está sendo gestada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, entidade da Sociedade Civil que também gesta o programa estadual de proteção Provita, no estado do Maranhão. A missão da SMDH é a disseminação de uma nova concepção em Direitos Humanos, esta que seja contrária à naturalização da violência, resgate a vida como o valor fundamental e que ocorra a incorporação da dimensão dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, eleitorais e ambientais.

Assim, o Programa Federal conta com a formação de 3 (três) equipes técnicas interdisciplinares divididas entre equipes de Acolhimento e de Acompanhamento, 2 (dois) apoios, uma equipe de permutas, além das coordenações do programa.

Em relação à equipe de acolhimento, essa é responsável por receber a demanda, realizar triagens e confeccionar os relatórios técnicos que serão utilizados para os conselheiros do CONDEF tecerem suas considerações sobre a demanda. Já a equipe de acompanhamento se destaca por realizar toda a análise do sujeito da proteção, isso engloba as constantes informações jurídicas sobre os processos e o

processo de reinserção social, os quais devem estar atrelados ao objetivo central do programa, que é a manutenção da vida, para isso trabalha com focos em segurança e em reinserção social.

1.4 Provita e os Direitos Humanos

É de conhecimento que a vítima ganhou um maior destaque após a realização da segunda guerra mundial, sobretudo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948. Tais acontecimentos ensejaram na então sociedade da época maiores anseios sociais, os quais deveriam respeitar a liberdade:

“Artigo I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Artigo II 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. Artigo III Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Artigo IV Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.” (ONU, 1948, pág. 01).

As modificações na relação entre Sociedade Civil e Estado puderam dar a oportunidade para a efetivação de uma democracia participativa, com entidades atuando junto ao Estado para a promoção e defesa dos direitos humanos.

O programa de proteção é um referencial para o estudo dos aspectos dos direitos humanos, já que o público alvo é bem diversificado, onde os aspectos da diversidade multicultural são respeitados. Para isso, a equipe técnica sempre realiza rodas de conversa, promoção de debates e atualizações sobre o cenário político e econômico nacional. Pois é importante que a equipe esteja capacitada e apta para se deparar com as questões sociais, sejam moradores de rua a pessoas que possuem religiões diversas, sem falar em costumes diversificados.

Assim, o aspecto da dignidade da pessoa humana é levado em consideração ao ser analisado qualquer demanda no programa. A dignidade pode ser entendida como:

“A dignidade da pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e como democracia o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, ela se revela como o seu valor que dimensiona e humaniza”. (SILVA, 2000, pág. 16).

O programa de proteção surgiu com a responsabilidade de reafirmação dos direitos humanos, bem como ao enfrentamento de crimes que ficavam por anos sem punição. Nesse aspecto, a sociedade civil ganhou de certa forma, um espaço que não poderia ser ocupado pelo Estado, devido a questões históricas.

Dessa maneira as entidades que gestão com o Estado esses programas passaram a programar políticas públicas, sobretudo as utilizadas pelos protegidos do programa. Assim, essas entidades não governamentais passaram a executar o programa como uma forma de afirmação dos direitos fundamentais assegurados pelo texto constitucional.

O que motivou as entidades da sociedade civil, sobretudo o Gajop com a criação desse modelo de proteção foi à possibilidade de que a impunidade fosse cada vez mais, afastada da realidade do sistema penal brasileiro. Muito já se modificou com as contribuições dos estudiosos do programa durante esses mais de 15 (quinze) anos de existência, porém muito ainda necessita ser realizado:

“É com a luta pelos Direitos Humanos, por políticas públicas de direitos e por um Estado comprometido, que a sociedade civil pode ser tida como protagonista na construção das políticas públicas, não sendo apenas mera executora de serviços terceirizados que o Estado não queira realizar ou delegue para a sociedade civil”. (SOUZA, 2009. Pág.13).

Seja para a contribuição com a prova testemunhal, seja para resgatar a cidadania da vítima e divulgação dos valores de solidariedade, o sistema de proteção está em fase de modificação e adaptação ao novo cenário político e econômico brasileiro. Já que é um desafio proteger pessoas com dotação apertada nos orçamentos dos entes estatais.

CAPÍTULO II

Pedagogia da Proteção no âmbito do Provita

Antes de abordarmos a Pedagogia da Proteção, é necessário fazer referência a educação em direitos humanos, tema relacionado ao conceito de educação popular. Esta última compreendida como sendo capaz de articular os diferentes saberes, práticas, além dos aspectos culturais e de direitos humanos de uma determinada sociedade.

Tudo isso ainda com o incentivo a prática do diálogo e com o reconhecimento do protagonismo das classes populares nos processos de transformações sociais.

Vamos dedicar à análise de cada conceito acima citado nos tópicos que seguem.

2.1 Educação em Direitos Humanos

Em relação a esse tema, se pode afirmar que desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas especificamente em seu artigo 26 (vinte e seis), o qual destaca a atenção que deve ser dada ao respeito pelos direitos humanos, sobretudo pelo aspecto de liberdade do ser humano a uma educação. Isso como uma forma de prevenção de atos desumanizados seja cometidos dentro da sociedade, ocorre a preocupação com a temática.

Além do fato de que a resistência a prática de violência em todas as suas dimensões, estrutural, social, institucional, representa o aprofundamento do processo de justiça de transição, que se relaciona que as atrocidades já cometidas na história da humanidade não sejam esquecidas, mas também não seja alvo de novas práticas.

Segundo ZENAIDE (2014), a educação em direitos humanos leva também em consideração a carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1948 diz que a “educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz”. Com isso, educar significa o exercício do protagonismo do ser humano de acordo com um determinado contexto social, como forma de prevenir a guerra e promover a paz entre os povos.

Já para CARBONARI (2014), em seu artigo titulado “Por que educação em direitos humanos? Base para a ação político-pedagógica”, admite que não se possa partir para um conceito de educação em direitos humanos como um dado disponível, é dessa forma que expressa, mas que ela é resultado de um processo de construção e em construção. Com isso passa a exigir o convencimento dos agentes envolvidos na atividade, para que possam praticar atos próprios de direitos humanos no processo educativo.

Ainda continua afirmando que o que move os agentes educativos nesse processo de aprendizagem é a luta popular que permite com que seja aplicada a pedagogia do oprimido, tão defendida pelo estudioso Paulo Freire, na qual a educação é uma forma de praticar um ato de liberdade.

Sobre a pedagogia do oprimido se pode afirmar que essa obra de Freire, na década de 60 (sessenta) continua atual, já que a prática educativa “bancária” fazia com que os educadores fossem estranhos ao processo educativo, como se eles fossem meras peças dentro da dinâmica, não podendo influenciar o processo de trocas ocorrido na atividade educativa.

Seria dessa forma uma prática de violência, já que essa pode ser entendida quando os homens inseridos na sociedade não podem ser sujeitos de direitos, de suas vontades, de suas ações. Já que a violência diminui o homem a um estado de coisificação, de não poderem ser seres de transformação do cenário em que vivem:

“Dela (a prática de dominação), que parte de uma compreensão falsa dos homens – reduzidos a meras coisas – não se pode esperar que provoque o desenvolvimento do que Fromm chama de biofilia, mas o desenvolvimento de seu contraditório, a necrofilia. [...] A opressão, que é um controle esmagador, é necrófila”. (FREIRE, 1987, pág. 74).

Dessa forma, os seres humanos precisam ser livres para que essa necrofilia não aconteça. No sentido de que as pessoas necessitam serem livres para criar, para construir.

Vale ainda destacar que a finalidade da educação em direitos humanos como prática da liberdade dos seres humanos é o ato de humanizar:

“Humanizar é a principal tarefa da educação como prática de liberdade, da educação libertadora. E o humanizar é também humanizar-se. Isso é assumir a vocação de ser mais, o que implica em fazer frente às compreensões e às práticas que tomam os seres humanos por abstrações, isolados dos outros humanos e do mundo, e o mundo por realidade estranha e ausente dos homens. O que se propõe é a retomada das relações construtivas dos humanos, no mundo” (CARBONARI, 2014, pág. 4).

Ou seja, o processo de educação com princípios libertadores permite que os oprimidos superem sua condição de opressão e sejam capazes de questionar criticamente o local que ocupam no meio de uma sociedade. Aí se pode pensar na construção de um sujeito de direito, com base em princípios de educação popular, que logo será desenvolvido no tópico abaixo do presente trabalho.

2.2 Educação Popular

Segundo o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, 2014, está em curso no Brasil um modelo de desenvolvimento social e econômico chamado de “neodesenvolvimentismo” ou “sociodesenvolvimentismo”, que defendem basicamente a ideia de construção de um mercado interno de consumo, políticas públicas com participação social e no campo internacional, o estabelecimento de relações soberanas. Dessa forma, como resultado, o Brasil está no campo político à combinação de políticas de redistribuição de renda, de aumento do patamar do salário mínimo, além da maior facilidade de obtenção de crédito.

Ao lado dessas transformações com o fortalecimento da classe média brasileira, está sendo enfrentada a regulamentação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, no sentido de avançar nos embates colocados em relação à cooperação entre Estado, movimentos sociais e sociedade. Em oposição, é notório o aumento da criminalidade e do número de mortes, principalmente da população negra:

“Em contrapartida às boas notícias e bons resultados alcançados no período, aumentou o número de mortes violentas nas periferias urbanas, especialmente de jovens negros, e a criminalidade ainda atinge fortemente as populações empobrecidas. É imprescindível, pois, não fugir ao debate sobre qual o tipo de sociedade e de desenvolvimento sonhamos e estamos a construir para as atuais e futuras gerações. Que valores nortearão essa construção? Qual o modelo de educação desejado e que se quer construir? Que relação estabelecer com a biodiversidade e com o meio ambiente? Como organizar a política e a economia de modo que estejam em sintonia com um projeto de País ligado com os anseios da população brasileira? Que modelo de democracia e participação se pretende construir? (Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, 2014, pág. 23).

Assim, a educação popular não pode deixar de analisar toda essa mudança social e econômica ocorrida no Brasil, já que ela acontece junto às comunidades, aos grupos sociais pobres, a alguns sujeitos beneficiários de políticas públicas de transferência de renda, a pequenos grupos organizados que desejam constituir

organizações, associações. A educação popular ocorre junto ao povo do campo, aos quilombolas, nos espaços de democracia participativa, onde o sujeito pode ser o protagonista de sua vida, em relação a suas escolhas de vida seja.

Com isso, pode-se afirmar que a Educação Popular também pode acontecer dentro da lógica de um programa de proteção, sobretudo dentro do ambiente do Provita. Já que os princípios da educação popular podem ser vivenciados em todos os espaços, seja no ambiente escolar, de um hospital, de uma feira livre, em espaços formativos comunitários, nos quais o diálogo ganha destaque.

No que se refere aos princípios da educação popular, podemos destacar: dialogicidade, amorosidade, conscientização, transformação da sociedade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e da pesquisa participante, sistematização das experiências e do conhecimento.

A respeito do diálogo, pode-se citar Paulo Freire:

“O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.” (FREIRE, 1987, pág. 45)

O diálogo entre classes populares e o educador popular possibilita a ação para a mudança da realidade, ou seja, possibilita a troca de aprendizados além do aprofundamento na compreensão dos elementos que constituem a realidade social, possibilitando uma nova forma de entender a sociedade em que vive.

Dessa forma, constitui uma pedagogia emancipatória, no sentido de que promovem a construção de cidadãos mais críticos, criativos e preocupados com o cenário em que vivem.

Mas, para que haja diálogo, é necessário também que se tenha amorosidade, que nada mais é do que amor pelo que se faz. Este sentimento é relacionado com a alteridade, com a análise da diversidade, de diferentes identidades e de formas de entender o mundo.

No que se refere ao processo de conscientização, devemos observar que essa implica que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a um patamar de criticidade da realidade social. Mas vale destacar que ninguém pode conscientizar ninguém, no sentido de que para Freire, esse processo só pode se realizar quando além de tiver consciência sobre a realidade, as

peessoas podem se organizar coletivamente para poder atuar na transformação do cenário em que vivem.

O processo de transformação da realidade e do mundo, segundo Freire (1987) é consequência de toda a ação, já que a educação popular faz com que as pessoas se conscientizem que elas são sujeitos de direitos, protagonistas de sua vida, transformadores da sociedade. Isso, de acordo com uma dada realidade concreta, pois a educação popular não trabalha com hipóteses, mas sim com a percepção da realidade que cerca o sujeito de direitos, não fragmentações desse cenário.

Em relação à construção do conhecimento e pesquisa participante, se pode ressaltar que o objetivo da educação popular nesse processo educativo é viabilizar o aprofundamento da temática que será estudada tanto pelo educador quanto pelo educando, todos estão em processo de aprendizagem. Pois o conhecimento é construído e reconstruído a partir das experiências que são trocadas pelos atores envolvidos nesse processo.

Por fim, se faz necessária a sistematização do que foi trocado, das experiências, já que a educação popular acredita na superação de situações desumanizantes, geradoras de violência. Já que busca a justiça e a solidariedade, a vivência de relações nas quais a democracia é respeitada, sendo ela participativa transparente.

2.3 Processos educativos no Provita

É fato que pouco material se tem publicado sobre essa temática específica, sobretudo pela característica do sigilo da lei 9807/99, afastando alguns pesquisadores para a área da proteção. Mas, é fato que OLIVEIRA (2012) escreveu um artigo sobre a temática, o qual servirá de base para nossas reflexões, bem como as anotações do curso de formação de direitos humanos na Pedagogia da Proteção ministrado por Paulo César Carbonari, nos anos de 2014 e 2015, em Brasília/DF.

Importa perceber que a Educação em Direitos Humanos, tendo como aquela baseada na perspectiva da justiça, é aquela educação que visa despertar os “dominadores” para a necessidade da “briga, da organização, da mobilização crítica, democrática e livre de qualquer ato de manipulação”, com vistas à intervenção e modificação do mundo (FREIRE, 1987, pág. 06).

No que se refere especificamente ao Programa de Proteção Provita, a prática da educação em direitos humanos engloba os aspectos da Pedagogia da Proteção. Essa última é entendida como sendo o modo de ação da prática protetiva, ou seja, o como fazer a proteção de testemunhas, vítimas, réus colaboradores e familiares no programa de proteção brasileiro, segundo a explanação de Carbonari durante os cursos ministrados.

Assim, para o estudioso CARBONARI, a Pedagogia da Proteção é uma ação que visa evitar que por qualquer razão, por uma obra ou até mesmo no caso de uma omissão, possa acontecer uma situação que coloca o sujeito protetivo em situação de risco ou de ameaça. Além de se levar em consideração o cuidado para que não ocorra durante o período da proteção o processo de revitimização do sujeito protegido.

Esse processo de revitimização é compreendido quando as equipes interdisciplinares e demais agentes da proteção passam a atuar de forma não adequada à situação de uma pessoa inserida dentro do programa, tendo como consequência a intensificação da condição de vítima e afastando a condição do ser humano protagonista de suas escolhas de vida.

A proteção também é compreendida como uma ação deliberada, no sentido de que não é uma ação unilateral, mas uma ação que envolve mais de uma pessoa de forma coordenada. Dessa forma, a atividade protetiva exige que sejam disponibilizados todos os recursos necessários para que ocorra a efetivação dos direitos do sujeito protegido.

No que se refere à questão do programa ser executado em parceria do Estado com entidades da sociedade civil é avaliado como favorável ao processo educativo, assim:

“O fato do PROVITA ser executado em parceria com organizações da sociedade civil parece favorecer a natureza educativa da intervenção já que as instituições que assumem os Programas, em sua maioria, foram gestadas como instrumentos de tutela de direitos humanos, e participaram do processo coletivo de construção da educação popular, tendo portanto intrínseca em sua natureza o compromisso com a consolidação de uma cultura de reconhecimento e promoção dos direitos humanos” (OLIVEIRA, 2012, pág. 20)

Assim, o programa de proteção adotado pelo Brasil possui duas vertentes de atuação, quais sejam a reinserção social e a segurança:

“O trabalho realizado pelas equipes técnicas na linha de reinserção social é a contribuição para que as testemunhas e seus familiares consigam vislumbrar novos rumos para suas vidas longe do local de risco. Os desafios aí vão da necessidade de garantir a integralidade de direitos e o acesso à esses de forma segura, prioritariamente na rede pública de serviços, dentro do prazo de permanência no Programa; à motivação dos usuários para construção de novas redes sociais, bem como ao estabelecimento de metas e objetivos a partir daquele momento – exercício difícil para quem historicamente teve seus direitos negligenciados e/ou violado, inclusive pela precarização das políticas públicas.

Pautando-se nos direitos humanos, no entanto, essa intervenção, trabalhada através de Planos de Inserção Social, para ser bem sucedida, deve envolver as várias áreas de conhecimento que compõe a equipe técnica. Assim de forma articulada e dialogada cada uma fará recortes da realidade a partir de seu arcabouço teórico, evitando correr o risco de perder a multidimensionalidade que forma o ser humano, perpassa seus desejos, manifestações expressas no modo de viver e se relacionar com o mundo, bem como as potencialidades e capacidade de superação dos usuários.

A garantia da segurança dos usuários passa necessariamente pela anuência e compromisso desses com as regras assumidas por eles ao ingressarem no Programa, as quais devem ser apreendidas e incorporadas durante todo o tempo que durar a proteção. Sem a implicação efetiva desses sujeitos com as normas e orientações recebidas, esse modelo de proteção não têm como assegurar a proteção, por essa razão, a negligência e auto exposição à situações de riscos são motivos para exclusão do PROVITA, conforme determina a Lei 9.807/99 em seu artigo 2º, §2º.

A percepção do risco, o medo e o conhecimento da situação processual do crime denunciado são algumas das razões que movem os usuários a assumirem sua segurança e as normas do Programa como estratégia de proteção partilhada.” (OLIVEIRA, 2012, pág. 27)

Fora esses aspectos dos dois eixos do provita, importa destacar que as entidades que executam o programa de proteção no Brasil possuem uma dupla tarefa, quais sejam a de dar visibilidade a demandas de sujeitos protegidos os quais, devido a lei 9807/99 não podem ser divulgados seus dados e localização. Tarefas nada fáceis, sobretudo diante da atual conjuntura política e econômica do país. No qual a suspensão de convênios que executam os programas de proteção nos âmbitos estaduais está parecendo virar regra.

Com isso, pessoas protegidas ficam durante esse período já denominado na rede de proteção de “entressafra de convênio” dependendo de outras articulações da entidade da sociedade civil que executa o programa, por exemplo, com o recebimento de cestas básicas, atraso de alugues e de repasse financeiro mensal para as pessoas inseridas na proteção. Diante desse cenário, várias entidades preferem entregar a gestão do programa de proteção para o Estado, o qual repassa para o programa federal para atuar naquela determinada região.

Isso repercute de forma negativa dentro da pedagogia da proteção, pois aqueles sujeitos de direitos terão que deixar aquele dado estado e passarem a ser inserido em outro local que tenha a rede de proteção em pleno funcionamento. Seria uma quebra do processo de reinserção social do sujeito protegido.

Dessa maneira, Paulo César Carbonari afirmou durante o curso de 2015 que a Pedagogia da Proteção no âmbito do provita é uma forma de fazer a Educação em Direitos Humanos com o objetivo de promover os processos necessários para que os seres humanos se façam, no sentido deles terem consciência crítica de seu papel dentro do programa, sujeitos de direitos dentro do cenário do programa, e após o desligamento do mesmo.

Com essa análise, podemos perceber que o principal resultado desse processo educativo dentro do provita é colaborar na transição, transposição, mudança da condição de vítima, testemunha, réu colaborador, conforme os aspectos legais, para a condição de um sujeito de direitos, esse com total possibilidade de exercer todo o aprendizado trocado no período em que se deu a proteção.

Mas para tudo isso, deve-se ter em mente que não é o papel do técnico do programa de proteção capaz de modificar as práticas desenvolvidas por um sujeito inserido no provita. O que se quer ressaltar que cabe a essa pessoa permitir e construir novas formas de entender a realidade que o cerca, sendo facilitada o processo de trocas, a partir das reflexões propostas pelos técnicos do provita.

CAPÍTULO III

Ação interventiva no Provita Federal

Nesse capítulo se pretende analisar o processo de intervenção que se foi desenvolvido junto aos técnicos do programa federal de proteção compreendem os conceitos de educação popular e mais especificamente da Pedagogia da Proteção, no âmbito do campo de atuação profissional.

3.1 Metodologia

Cumprir destacar que em relação à metodologia, a qual visa disponibilizar os subsídios do saber que serão utilizados para a orientação da pesquisa, sendo um instrumental de grande valia, já que o estudo estará em construção. Dessa forma é importante a delimitação do espaço de pesquisa; o grupo de pesquisa, os instrumentos que serão utilizados e procedimentos de análise de dados.

Como também é importante delimitarmos que esse estudo tem como ponto de partida analisar como os técnicos do programa federal estão receptivos aos conceitos de educação em direitos humanos para a construção de uma nova maneira de pensar práticas e procedimentos no programa de proteção brasileiro. Assim, pensar em uma cultura de direitos humanos no provita implica em alguns objetivos, dentro os quais:

1. Analisar se o contexto no qual estão sendo desenvolvidas as atividades de direitos humanos e educação em direitos humanos no programa de proteção influenciam diretamente a execução dessas práticas;
2. Levantar junto ao corpo técnico do Programa Federal os conceitos de educação popular, pedagogia da proteção e da importância da educação em Direitos Humanos para a construção da prática protetiva;
3. Coletar as atividades de pesquisa que trabalham diretamente com a temática dos direitos humanos e da educação em direitos humanos no âmbito do provita, sejam elas monografias de graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado;

4. Indicar o número de técnicos do programa federal de proteção que consideram desenvolver atividades na área da educação popular e da educação em direitos humanos;
5. Analisar o provita tendo em vista sua articulação com os direitos humanos e a educação em direitos humanos.

O primeiro momento da pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica sobre os projetos que envolviam as práticas da educação popular e da pedagogia da proteção, como também os trabalhos acadêmicos sobre o provita realizados no marco temporal desde o surgimento do programa até o ano de 2015. Foi realizada uma análise em documentos e legislação aplicada a temática com os resultados dos questionamentos dos formulários aplicados. Dessa maneira, se realizou uma leitura e posterior interpretação do material coletado, traçando-se qual o perfil que o provita está adotando em relação ao tema, bem como quais as possíveis vias de adequação, para tentar amenizar a questão de Educação em Direitos Humanos no programa. Com isso, os recursos necessários foram livros, artigos científicos, publicações pertinentes a temática e anotações de cursos.

O contexto da intervenção aconteceu dentro da ótica do provita (Programa de Proteção a Vitimas e a testemunhas ameaçadas), de acordo com a análise de dados disponíveis acerca da Educação em Direitos Humanos e de Educação Popular, no programa. Os questionamentos refletidos serão em relação aos autores envolvidos na ótica do programa, ou seja, Estado, Sociedade Civil e sejeitos protegidos da política pública.

Ainda importa registrar, que o presente estudo se propôs a fazer uma análise a partir de dados disponibilizados e publicados sobre o tema. Assim, foi possível a reflexão sobre o conteúdo do material bibliográfico, verificando como essas ações de educação em direitos humanos e a Pedagogia da Proteção estão sendo propostas e pensadas, e de que forma está sendo trabalhada a questão da educação em direitos humanos no provita.

De acordo com CAREGNATO (2006) a análise de conteúdo/discurso vai trabalhar com a interpretação a partir dos materiais que estiverem disponíveis, preocupa-se em entender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso. Sendo assim, para essa análise a partir dos conceitos levantados com o referencial teórico e o conteúdo dos materiais usados na ação interventiva.

Com isso, objetivando-se uma melhor contemplação das temáticas tratadas neste estudo, a pesquisa bibliográfica foi de fundamental importância para se poder construir o referencial teórico descrito ao longo dos capítulos primeiro e segundo, visto que com o trabalho de conceitos foi possível nortear as concepções sobre direitos humanos e educação em direitos humanos e um pouco sobre o Provita. A base conceitual da temática trabalhada é bem extensa e procurou-se sintetizar os aspectos mais importantes no trabalho com os direitos humanos, a educação em direitos humanos e a Pedagogia da Proteção. Para a pesquisa bibliográfica, além de publicações impressas, buscou-se como a plataforma do Google acadêmico. Foram consultadas literaturas acadêmicas, coletâneas, artigos científicos, além de sites que trouxessem alguma ligação com os temas abordados no estudo. As palavras-chave compreenderam, dentre outras as seguintes: educação em direitos humanos, Pedagogia da Proteção, provita, Sistema de Proteção.

Como também foi pensada a aplicação de um questionário voltado para os técnicos que compõe a equipe interdisciplinar do programa Federal (em anexo).

Para isso, levando em conta o objetivo do trabalho, foi destinado um momento de explanação a respeito da Educação em Direitos Humanos e educação popular e uma breve análise sobre o programa, após uma reunião de equipe do programa federal, momento em que os técnicos estavam presentes na sede de trabalho.

Após esse período, foi distribuído um questionário com cerca de 10 (dez) perguntas, sem contar com as informações sobre o público. Tais questionamentos eram voltados aos aspectos já abordados nos capítulos anteriores, bem como a respeito de algumas práticas do programa.

Em relação ao público alvo da intervenção convém ressaltar que estão na faixa etária dos 25 (vinte e cinco) aos 37 (trinta e sete) anos, todos com nível superior completo, um com mestrado e dois pós-graduados. O grupo é composto por 6 (seis) mulheres e 3 (três) homens, sendo 3 (três) profissionais do Direito, 3 (três) da psicologia e 3 (três) do serviço social. Assim:

Faixa etária:	25 a 37 anos
Escolaridade:	Todos com superior completo
Sexo:	6 feminino / 3 masculino

Área profissional:	3 advogados 3 assistentes sociais 3 psicólogos
--------------------	--

Tabela 1 – dados dos participantes

Cerca de 6 (seis) técnicos do Programa Federal trabalham a menos de 02 (dois) anos na política, tendo apenas 03 (três) profissionais com mais de 02 (dois) anos trabalhando nas ações do Provita. Isso se deve a rotatividade desses profissionais, seja pelo ritmo intenso de viagens, seja pela vontade de traçar novos campos profissionais, em outras áreas de atuação.

Todos os participantes residem em Brasília/DF, mas advêm de várias partes do Brasil, isso contribui para que os aspectos socio culturais sejam diversificados, inclusive na formação de profissionais advindos de todas as regiões do país, já que o Programa Federal atende a vários estados do Brasil.

Ainda importa ressaltar alguns aspectos da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a qual é gestora do programa federal, dessa forma, a entidade de Direitos Humanos relacionados a luta pela terra, mulheres quebradeiras de coco, direitos de quilombolas no estado do Maranhão, sobretudo na década de setenta.

A entidade foi criada em 12 de fevereiro de 1979, sendo um espaço político para a promoção de denúncias contra as violações e a violência ocorridas naquele estado, sobretudo na cidade de São Luis. Assim, a SMDH adotou estratégias de ação a mobilização popular, educação de base e apresentação de denúncias de violações de direitos.

A partir da década de noventa passou a atuar também no programa de proteção Provita Maranhão, em 2009 passou a ser responsável também por gestar o programa federal de proteção e assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas, para isso inaugurou um escritório da entidade na cidade de Brasília/DF.

A SMDH é uma das entidades que fazem parte da Plataforma DHESCA's, já que atua com esforços voltados para a estruturação de uma política de segurança pública e justiça e para a garantia dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A SMDH também tem participado de redes, fóruns, comitês e conselhos, a exemplo da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Fórum Nacional de Entidades

Gestoras do provita, Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense, no Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, em Brasília/DF, dentre outros espaços.

Vale destacar, conforme foi ressaltado no capítulo primeiro da presente monografia, o programa federal também conta com apoios e equipe de permutas, porém eles atuam em outra área do programa, não sendo interessante a aplicação do questionário para esse público específico, já que trabalham com a intermediação entre equipes e com a parte financeira/administrativa do programa. Ou seja, não estão, na maior parte do tempo de desempenho de suas tarefas, no trato com os sujeitos da proteção.

Não menos importante é necessário ressaltar que o presente estudo avança no sentido de pesquisar junto ao corpo técnico do Programa Federal o uso de elementos da educação em Direitos Humanos, Educação Popular e da “Pedagogia da Proteção” nas práticas do Provita Federal.

Não menos importante, ainda cumpre destacar que, em relação ao que se refere à fundamentação do trabalho, se pode destacar que encontramos uma monografia de Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira, sobre a temática intitulada de: A Dimensão Pedagógica do Programa Brasileiro de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – provita, como requisito para o término do curso de especialização da Universidade Católica de Brasília, no ano de 2012 para utilizarmos como texto de referência ao que se pretende desenvolver. Como também, nos baseamos nas anotações realizadas durante o curso de formação em Direitos Humanos na Pedagogia da Proteção, ministrado pelo professor Paulo César Carbonari nos anos de 2014 e de 2015.

A pesquisa de Oliveira (2012) foi realizada com as entidades gestoras dos programas de proteção estaduais e quais os aspectos da pedagogia da proteção que eles analisavam existir no programa. A análise dela foi além e ainda refletiu sobre o processo de participação dos sujeitos da proteção em espaços comunitários que possibilitem o crescimento e fortalecimento enquanto sujeitos de direitos e deveres de acordo com os novos espaços que estão inseridos:

“O incentivo a participação em espaços plurais, de debates ou organização de demandas de alguns grupos específicos, além de favorecer sentimentos pertencimento a algum coletivo, pode ser utilizada pelas equipes como ferramenta para iniciar e/ou aprofundar um trabalho de reflexão junto aos usuários sobre os processos históricos em que estão

inseridos, papel que desempenham como testemunhas à medida que estão contribuindo num processo de ruptura com a impunidade e consequente banalização da violência. Enfim, tem-se aí uma possível estratégia, já utilizada por algumas equipes, para trabalhar essa questão que consideram de difícil manejo, e para o qual vêm buscando diferentes formas de abordagem: durante a triagem para ingresso no Programa, nas ocasiões das visitas domiciliares, como orientações e reflexões técnicas, nos momentos de assinaturas de termos de responsabilização etc". (OLIVEIRA< 2012, pág. 24).

Já no curso ministrado pelo Paulo César Carbonari, os técnicos do programa começaram a refletir sobre suas práticas e sobre os termos que utilizam na proteção. Por exemplo, ao não cumprir uma norma, o sujeito da proteção deve assinar um termo de advertência, mas esse termo não deve ter caráter de punição, mas sim educativo para mostrar que ele, enquanto sujeito é o principal responsável por sua proteção.

Ainda foi possível realizar algumas pesquisas em alguns documentos do Programa, no que se refere ao surgimento do Provita e um pouco sobre a prática da interdisciplinaridade. Porém, no que se refere à Educação em Direitos Humanos, apenas encontramos esses documentos já citados acima, os quais servem até de certa forma, para ponderamos se houve algum avanço ou retrocesso na política de proteção, no que se refere aos aspectos de incentivo as praticas de educação em direitos humanos, educação popular e de pedagogia da proteção pelos sujeitos protegidos.

A apresentação detalhada das ações, procedimentos e das técnicas usadas na ação interventiva, indicam que foi adequado a elaboração de um questionário de acordo com objetivos do trabalho. Como também podemos notar que o número de 9 (nove) perguntas é adequado a rotina de viagens de trabalho dos técnicos do programa federal, já que possuem ritmo intenso de trabalho pelo Brasil.

As perguntas elaboradas tiveram como fundamento os aspectos já apresentados no decorrer dos capítulos primeiro e segundo da presente obra monográficos, bem como situações que os técnicos se deparam no decorrer da proteção.

3.1 Análise e Discussão do Processo de Intervenção

No referido tópico que será desenvolvido leva-se em conta a análise das informações obtidas através de toda a pesquisa e as relacionamos com o

questionário aplicado ao corpo técnico do programa federal. Tudo isso deve respeitar o contexto econômico e social apresentado, bem como o cenário político.

Dessa forma, foram aplicados cerca de 9 (nove) questionários com perguntas que foram formuladas de acordo com o desenvolvimento dos objetivos do presente trabalho e com o contexto do provita.

A primeira pergunta realizada no questionário foi sobre a Educação em Direitos Humanos, o que os técnicos compreendem sobre essa temática. Assim, o corpo técnico do programa federal seguiu a mesma linha de raciocínio, apenas 02 (dois) questionários ficaram sem respostas, já que a questão foi deixada em branco.

Podem ser destacadas algumas das respostas:

(...) “A educação em Direitos Humanos é mote para a construção de uma sociedade mais junta e igualitária”.

(...)“Educação que liberta, que envolve mudanças no educador e no educando, num processo mútuo de trocas e respeito”,

(...)“É o ensino que tem por base a prática dos Direitos Humanos como norteador”.

Assim, o conceito que a maior parte dos técnicos do programa federal responde ao conceito desenvolvido pelos doutrinadores do assunto. Isso reflete que as intervenções e cursos até o presente momento ministrados estão de acordo com os ensinamentos defendidos pelos estudiosos na temática.

O segundo questionamento foi sobre Educação Popular, o que o corpo técnico do programa federal entende sobre esse conceito. Com isso, com a análise das respostas, apenas 01 questionário ficou sem resposta.

Cerca de 6 (seis) das respostas envolveu os conceitos da questão um do questionário com o da questão dois. Já que consideram que a Educação Popular é utilizada na educação em Direitos Humanos. Assim:

(...)“Base, pilar e legado freiriano para atuação conjunta como saber popular. Onde todos os sujeitos e educador constroem, construtiva e dialogicamente saberes/aprendizagens”,

(...)“A educação popular pressupõe e imprescinde do saber popular, tão importante quanto o saber técnico”.

Mais uma vez as respostas estão de acordo com o que os doutrinadores do assunto explanam.

Já a terceira pergunta fez referência a Pedagogia da Proteção, conceito desenvolvido no campo da política da proteção a pessoas ameaçadas. Dessa forma, chamou atenção o fato de todos os técnicos do programa federal terem respondido a questão. Isso pode ser atribuído ao fato de os estudos sobre a temática serem tarefas corriqueiras dentro do programa. Dessa forma, se pode destacar as seguintes respostas:

(...)“ *Metodologia de ação/atuação no campo do sistema nacional de proteção (Provita, PPCAAM e PPDDH), contendo vastas problemáticas e desafios técnicos, políticos e operacionais na busca efetiva dos direitos humanos*”,

(...)“*Pedagogia da Proteção é ação em direitos humanos no âmbito da proteção. Uma forma de pensar e agir sobre a realidade*”.

Ainda se deve destacar a seguinte resposta, já que ela demonstra que os conceitos desenvolvidos na presente monografia, estão na mesma direção do corpo técnico do Provita Federal:

(...) “*Baseada na educação popular, a pedagogia da proteção refere-se ao processo protetivo em que se evidencia a proteção de modo participativo dos atores e envolvidos nesse processo protetivo*”.

(...) “*É a co – construção de saberes dentro da Proteção. Focado no sujeito que está protegido de forma a auxiliá-lo no seu processo de proteção*”.

Ou seja, a temática está de certa maneira já relacionada a todos os técnicos do programa, sendo inclusive possível de se afirmar que todo o corpo técnico sabe conceituar o que a Pedagogia da Proteção.

No que se refere ao questionamento sobre a necessidade de repensar as práticas, ou seja, o dia a dia do programa de proteção, todos os questionados afirmaram que sim. Portanto, o contexto atual indica a necessidade de se rever a política de proteção adotada pelo Provita, já que essa tem mais de quinze anos de atuação e necessita que sejam revistas algumas práticas e procedimentos. Mas não por ter passado todo esse tempo imutável, já que sempre se atualiza de acordo com as mudanças tecnológicas que acontecem. Mas sim por poder pensar em outras possibilidades e outras formas de tratar o sujeito protegido, utilizando os aspectos da pedagogia, da educação popular.

Um exemplo que se pode demonstrar é a utilização de sujeito protegido e não mais “usuários” do programa. Já que a palavra “usuário” carrega uma série de preconceitos inerentes. Inclusive o sentido pejorativo de utilização de substância psicoatípicas de uso proibido pela legislação brasileira.

Não menos importante, ao serem questionados sobre a necessidade de modificações nos instrumentais usados pelo Provita, todos também responderam que sim, ou seja, 100% responderam que os instrumentais devem ser modificados. Os instrumentais se referem aos documentos confidenciais utilizados pelo programa, sejam termos de declarações, termo de advertência por descumprir norma, termo de inventário, entre outros. Como foi destacado na introdução do presente trabalho, devido ao sigilo dos documentos não é possível demonstrar esses instrumentais.

A partir dessa resposta, um dos aspectos que se pode repensar é o caráter punitivo relacionado à nomenclatura termo. O adequado, a título de sugestão seria a utilização da palavra pacto, já que essa coloca as partes em mesmo patamar na relação e supõe que foi construído e acordado entre as pessoas envolvidas.

Um exemplo que pode ser demonstrado sobre a necessidade de se repensar os nomes dos instrumentais, é de como está um tanto distanciada da ótica da pedagogia é a utilização do “termo de advertência” aos sujeitos da proteção que quebrem normas. Pois, o sentido pedagógico se afasta por completo quando se usa o sentido punitivo.

Assim, representa um retrocesso a continuidade da nomenclatura desse termo, por descumprir uma norma de segurança. Assim, o Programa Federal já está repensando o uso desses termos e nomenclaturas usadas, para que se aproximem da ótica da pedagogia da proteção. Do aspecto de um sujeito de direitos que compreende seu papel desempenhado durante o período protetivo.

Com isso, ocorre o empoderamento do sujeito, já que durante o período protetivo, esse passa a compreender e construir junto com a equipe técnica uma compreensão que vai além da cidadania, que visa modificar sua forma de se enxergar no mundo e no cenário a sua volta, tudo isso sem colocar-se em risco.

Tanto isso é verdade que todo o corpo técnico questionado, afirmaram que é necessário se repensar as práticas utilizando os aspectos da educação popular, método defendido por Paulo Freire.

Sobre a pergunta acerca do papel desempenhado pelas equipes parceiras, os provistos estaduais, se eles incentivam a prática da educação popular, cerca de 7 (sete) técnicos responderam que sim, porém 2 (dois) responderam que não.

Chama também a atenção o fato de que apenas 1 (um) técnico da equipe do programa federal não se considerou um educador popular. Este consentindo como sendo o agente responsável por promover a construção do conhecimento, seja ele jurídico, para que o sujeito protegido compreenda o processo que está sendo vinculado, ou até mesmo o acesso, por exemplo, a políticas públicas. Bem como a construção da cidadania, se processa todos os dias durante o período protetivo.

E, ao final foi perguntado sobre a conjuntura econômica, se essa influencia na gestão pedagógica do programa de proteção, todos responderam que sim. Ou seja, todo o cenário político econômico está influenciando decisivamente a aplicação da pedagogia da proteção.

Pois como se pensar em Pedagogia da Proteção enquanto os convênios com as entidades gestoras estaduais, diante da dificuldade financeira que o governo encontra-se atualmente, são prejudicadas com a não regularização dos convênios. Isso impacta de forma direta na proteção, pois como proteger, reinserir se não há recursos financeiros. Isso impacta a rede de proteção, mas também são aspecto de desafio para todos os militantes vinculados as entidades gestoras.

Já que mesmo diante desse cenário econômico, nenhuma pessoa protegida foi localizada e nem ameaçada por algozes. Dessa forma é esse o maior desafio atual, como proteger com escassez de recursos. Uma reflexão que seguiria outra temática, estranha, nesse momento, aos objetivos do presente trabalho monográfico.

Por fim, se pode destacar que os conceitos trabalhados e os resultados das análises obtidas revelaram surpresa e também a necessidade por mudanças. Isso visando a melhor proteção oferecida para os cidadãos de direitos, para que estes possam também ser agentes da pedagogia da proteção, durante e após o período que estiverem inseridos no programa de proteção, promovendo os aspectos da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa na existência de um programa de proteção, tem-se em mente que o direito à vida deve se sobrepor a qualquer outro direito, já que possui sua aplicabilidade imediata.

É sabido que o direito à vida configura-se como um dos direitos fundamentais contidos no texto constitucional. E, ao analisar a lei de nº 8907/99 percebe-se que ela reflete nada mais do que, de forma geral, a garantia desse direito. Já que diante de uma ameaça configurada, atrelada a uma ação, a pessoa tem o direito de ingressar no programa de proteção.

Em paralelo a esse processo, foi analisado que os conceitos de educação popular e de Educação em Direitos Humanos estão relacionados à temática. Bem como os doutrinadores pensam a respeito dos conceitos desses institutos e como os técnicos do programa federal se posicionam sobre a temática diante da necessidade de mudanças em alguns procedimentos e práticas.

Em face da possibilidade de se pensar na Pedagogia da Proteção, foi continuando o desenvolvimento do assunto, foi abordado esse conceito, bem como sua relação com o programa. O Provita é parte do Sistema de Proteção Brasileiro, o qual conta com mais dois programas, quais sejam, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (Defensores).

Ainda se percebeu como funciona o Programa Federal do Provita e o papel desempenhado pela equipe técnica do programa. Não se esquecendo da aplicação dos conceitos estudados de acordo com a perspectiva do programa que visa segurança e reinserção social para os núcleos atendidos.

Pois, devido o direito à vida não ser alvo de qualquer restrição constitucional seria um total retrocesso à possibilidade de limitá-lo, quando do confronto com qualquer outro direito, seja ele de propriedade, do processo, com base em interesses financeiros. Isso está fora de qualquer perspectiva constitucionalmente previsível.

Outra questão abordada foram os papéis desempenhados pela sociedade civil no decorrer da política de proteção. Já que são entidades gestoras do programa. Como também a relação delas com o ente Estatal.

Já em relação a ação interventiva, foi desenvolvido o estudo que visava entender como os técnicos do programa federal estão pensando a respeito desses conceitos e se a política, com mais de quinze anos de existência necessita de algumas mudanças, em suas práticas do dia a dia ou nos instrumentais usados pelo programa. Bem como quanto às ressalvas da lei nº 9807/99, sobretudo quanto ao sigilo dos documentos, a metodologia de aplicação de questionário foi adequada e viável para a abordagem da pesquisa.

Nesse sentido, o presente trabalho analisou cerca de 9 (nove) questionários respondidos pelo corpo técnico do programa. Uma das características que chama a atenção foi a necessidade de mudanças tanto das práticas do cotidiano quanto dos instrumentais usados na política de proteção.

Não se deve desvalorizar o papel desempenhado por parte do Estado para cobrir os abusos do poder econômico ou, até mesmo, diante do interesse público os quais possam justificar a possibilidade de entrega da gestão do programa nos níveis estaduais, ficando o sujeito da proteção em situação complicada, dentro da ótica de um modelo de proteção ideal.

Todavia, é interessante perceber que os representantes desse Estado não se colocam totalmente críticos a esse instituto. Contribuindo assim, com um processo que pode se descantear no estado, que é a vitimização do sujeito protegido.

Ou seja, além dele ser alvo de ameaça, de se sentir ameaçado por pessoas, o sujeito protegido ao ingressar no provita passa, dependendo do estado da federação, a ser visto como uma pessoa em estado de potencial risco. Pois assim que ingressam todos os direitos lhe são negados até que seja realizada uma avaliação de risco por parte da gestão do programa, pois como garantir acesso a políticas públicas e até mesmo uma linha de aparelho celular se não se tem idéia do alcance do grupo criminoso? Esse é um grande desafio.

Assim, acesso negado a uma política pública devido a não confiança no sigilo de dados daquela determinada política significa a possibilidade de viver a vida em outra forma, com outro tempo, já que tudo demanda uma avaliação de risco.

Portanto, o direito à vida deve se sobrepor para que seja observado como uma maneira de resgatar as condutas éticas, capazes, inclusive, de reduzirem as demandas de processos acerca do acesso ao programa de proteção no judiciário.

O que se pretende é a concretização da norma constitucional. É o respeito a vida dos sujeitos protegidos pelo programa de proteção.

Ao programa de proteção, bem como sua gestão pela sociedade civil organizada, cabe garantir o direito à dignidade da pessoa humana a partir de atividades estatais que promovam o desenvolvimento social e tendo como consequência o acesso às políticas públicas ou não, que garantam segurança e reinserção social.

Dessa maneira, se possibilita o verdadeiro aspecto da reinserção ou inserção social, como alguns técnicos a nomeias, que é continuar a viver de forma segura naquele novo local após sua saída do programa de proteção. Assim, é possível falar em continuidade da vida, fora do risco, porém com a necessidade de se rever instrumentais e alguns procedimentos adotados pelo programa.

De modo geral é preciso que a Pedagogia da Proteção se enriqueça ainda mais. Os primeiros passos foram dados com a realização das formações promovidas pelo professor Paulo César Carbonari, mas ainda há muito que se caminhar para atender o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Percebe-se com isso o desafio que o provita tem para continuar esse processo da educação em direitos humanos e que só será possível se realmente isso for prioritário na agenda do Programa. É um processo que demandará esforços conjuntos de todas as personalidades envolvidas na política. Mas não é um trabalho difícil, exige sim que se tenha um comprometimento e disposição para lidar com tais temas no contexto para além do tecnicismo. Dessa maneira que esse trabalho monográfico sirva de inspiração para se pensar um trabalho efetivo para a educação com os direitos humanos e um maior respeito com a pessoa humana, no caso o sujeito protetivo. Assim, pretendo colaborar com essa discussão de forma a possibilitar um maior enriquecimento para esse discurso principalmente na área acadêmica.

A Pedagogia da Proteção me proporcionou novos olhares de mundo onde muitos veem a mesma coisa e os direitos humanos possibilitaram novas concepções de compreender a vida.

Portanto se faz necessário a continuidade do presente estudo, no sentido de elaborarmos mais fontes bibliográficas sobre a temática, bem como no sentido de analisarmos como não apenas o corpo técnico do Programa Federal está compreendendo a Pedagogia da Proteção, mas sim todos os técnicos da rede de Proteção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição Federativa da República do Brasil, de 5.10.1988.**

_____. **Lei 9807/99.** Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional.** 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CARBONARI, Paulo Cesar. **Realização dos Direitos Humanos.** Passo Fundo: IFIBE, 2006.

CAREGNATO, Rita Catalino Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*, Florianópolis 2006.

CONCEIÇÃO, Márcia. **O modelo brasileiro: um desafio multidisciplinar.** IN: Revista Direitos Humanos GAJOP, número 07, jan/2000.

DORNELLES, José Ricardo Wanderley. **O desafio da Educação em Direitos Humanos.** IN: Cadernos Nuvamerica, Rio de Janeiro, 1998, n 78, p 10-13.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e pratica da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Katia de Mello e Silva. São Paulo: Moraes, 1980.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 3-4.

LIMA JUNIOR, Jaime Bevenuto. **Os Direitos Economicos, Sociais e Culturais como Direitos Humanos: uma justificação.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

OEA. **Carta democrática interamericana**. 2001. Disponível em: <http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm>. Acesso em: 02 de out. de 2015.

OLIVEIRA, Adriana Raquel. **A dimensão pedagógica do programa brasileiro de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas – Provita**. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

ONU. **Declaração dos princípios básicos de justiça relativos às vítimas da Criminalidade e de abuso de poder**. Resolução 40/34, 1985.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Viena, 1948.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3)/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

SILVA, Inacio da. **PROVITA São Paulo: historia de uma politica publica de combate a impunidade, defesa de direitos humanos e construção da Cidadania**. 1. Ed. São Paulo: CDHEPCL, 2008.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

_____, José Afonso. **História e fundamentos dos direitos humanos**. In: Educação para a cidadania/Gajop. Recife, 2000.

SOUZA, Manuela. **Mecanismo de democratização: a importância dos órgãos integrantes do conselho deliberativo do programa federal de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas para o avanço da política de proteção no cenário nacional**. Brasília, 2009.

ZENAIDE, Maria de Nazaré. **A linha do tempo da educação em direitos humanos na américa latina**. João Pessoa, 2014.

ANEXOS



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Questionário para o trabalho de conclusão de curso da especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade cultural - EEDH. Todas as respostas serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho e não se faz necessário a identificação.

Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Profissão: () advogado () assistente social () psicólogo

1. O que você entende por Educação em Direitos Humanos?

2. O que você entende por Educação Popular?

3. O que significa Pedagogia da Proteção?

4. É necessário repensar as práticas do Provita?

() sim () não

5. É necessário repensar os instrumentais utilizados pelo Provita?

() sim () não

6. Caso você responda sim em na questão 6 e/ou 7, você acredita que essas mudanças devem usar os princípios da educação popular e da educação em Direitos Humanos?

() sim () não

7. Você acredita que as equipes estaduais incentivam a prática da educação popular junto aos sujeitos da proteção?

() sim () não

8. Você se considera um educador popular, para além do técnico?

() sim () não

9. Caso você tenha respondido sim na questão anterior, em que aspecto você poderia apontar que o processo educativo ocorre no Provita?

10. A conjuntura econômica influencia no processo pedagógico do Provita?
() sim () não

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA PROTEÇÃO ESPECIAL A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.

§ 1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não-governamentais objetivando a realização dos programas.

§ 2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

Art. 2º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

§ 3º O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

§ 4º Após ingressar no programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

§ 5º As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 3º Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto no art. 2º e deverá ser subsequente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 4º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representados no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatíveis com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução de cada programa.

Art. 5º A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

I - pelo interessado;

II - por representante do Ministério Público;

III - pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV - pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

V - por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, o órgão executor poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

I - documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

II - exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao Ministério Público.

Art. 6º O conselho deliberativo decidirá sobre:

I - o ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão;

II - as providências necessárias ao cumprimento do programa.

Parágrafo único. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;

VII - apoio e assistência social, médica e psicológica;

VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Parágrafo único. A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

Art. 8º Quando entender necessário, poderá o conselho deliberativo solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

Art. 9º Em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.

§ 1º A alteração de nome completo poderá estender-se às pessoas mencionadas no § 1º do art. 2º desta Lei, inclusive aos filhos menores, e será precedida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros.

§ 2º O requerimento será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público, determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumaríssimo e corra em segredo de justiça.

§ 3º Concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado:

I - a averbação no registro original de nascimento da menção de que houve alteração de nome completo em conformidade com o estabelecido nesta Lei, com expressa referência à sentença autorizatória e ao juiz que a exarou e sem a aposição do nome alterado;

II - a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração;

III - a remessa da sentença ao órgão nacional competente para o registro único de identificação civil, cujo procedimento obedecerá às necessárias restrições de sigilo.

§ 4º O conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.

§ 5º Cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.

Art. 10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

I - por solicitação do próprio interessado;

II - por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:

- a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção;
- b) conduta incompatível do protegido.

Art. 11. A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos, o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo. (Regulamento)

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO AOS RÉUS COLABORADORES

Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

- I - a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;
- II - a localização da vítima com a sua integridade física preservada;
- III - a recuperação total ou parcial do produto do crime.

Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

Art. 15. Serão aplicadas em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção a sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva.

§ 1º Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado em dependência separada dos demais presos.

§ 2º Durante a instrução criminal, poderá o juiz competente determinar em favor do colaborador qualquer das medidas previstas no art. 8º desta Lei.

§ 3º No caso de cumprimento da pena em regime fechado, poderá o juiz criminal determinar medidas especiais que proporcionem a segurança do colaborador em relação aos demais apenados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração."

Art. 17. O parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pela Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público." (NR)

Art. 18. O art. 18 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. Ressalvado o disposto nos arts. 45, 57, § 7º, e 95, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro de registro ou o documento arquivado no cartório." (NR)

Art. 19. A União poderá utilizar estabelecimentos especialmente destinados ao cumprimento de pena de condenados que tenham prévia e voluntariamente prestado a colaboração de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Para fins de utilização desses estabelecimentos, poderá a União celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal.

Art. 19-A. Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.483, de 2011)

Parágrafo único. Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção previstos nesta Lei, devendo justificar a eventual

impossibilidade de fazê-lo no caso concreto ou o possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal. (Incluído pela Lei nº 12.483, de 2011)

Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, pela União, correrão à conta de dotação consignada no orçamento.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.7.1999

DECRETO Nº 3.518, DE 20 DE JUNHO DE 2000.

Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, em especial seu art. 12,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Do Programa Federal de Assistência a Vítimas

e a Testemunhas Ameaçadas

Art. 1º O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, consiste no conjunto de medidas adotadas pela União com o fim de proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas em virtude de colaborarem com a investigação ou o processo criminal.

Parágrafo único. As medidas do Programa, aplicadas isolada ou cumulativamente, objetivam garantir a integridade física e psicológica das pessoas a que se refere o **caput** deste artigo e a cooperação com o sistema de justiça, valorizando a segurança e o bem-estar dos beneficiários, e consistem, dentre outras, em:

I - segurança nos deslocamentos;

II - transferência de residência ou acomodação provisória em local sigiloso, compatível com a proteção;

III - preservação da identidade, imagens e dados pessoais;

IV - ajuda financeira mensal;

V - suspensão temporária das atividades funcionais;

VI - assistência social, médica e psicológica;

VII - apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam comparecimento pessoal; e

VIII - alteração de nome completo, em casos excepcionais.

Art. 2º Integram o Programa:

I - o Conselho Deliberativo Federal;

II - o Órgão Executor Federal; e

III - a Rede Voluntária de Proteção.

Art. 3º Podem ser admitidas no Programa as pessoas que, sendo vítimas ou testemunhas de crime, sofram ameaça ou coação, em virtude de colaborarem com a produção da prova, desde que aceitem e cumpram as normas de conduta estabelecidas em termo de compromisso firmado no momento de sua inclusão.

§ 1º O cônjuge, companheiro ou companheira, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha podem, conforme a gravidade do caso, ser admitidos no Programa, sujeitando-se às mesmas condições estabelecidas no **caput** deste artigo.

§ 2º A admissão no Programa será precedida de avaliação da gravidade da coação ou ameaça à integridade física ou psicológica da pessoa, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 3º O descumprimento das normas estabelecidas no termo de compromisso constitui conduta incompatível do protegido, acarretando sua exclusão do Programa.

Art. 4º Não podem ser admitidas no Programa as pessoas cuja personalidade ou conduta sejam incompatíveis com as restrições de comportamento necessárias à proteção, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. O cônjuge, companheiro ou companheira, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com as pessoas a que se refere o **caput** deste artigo, que estejam coagidos ou expostos a ameaça, podem ser admitidos no Programa, sujeitando-se às mesmas condições estabelecidas no **caput** do artigo anterior.

Art. 5º Poderão solicitar a admissão no Programa:

I - o próprio interessado ou seu representante legal;

II - o representante do Ministério Público;

III - a autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV - o juiz competente para a instrução do processo criminal; e

V - os órgãos públicos e as entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

Parágrafo único. Os pedidos de admissão no Programa devem ser encaminhados ao Órgão Executor, devidamente instruídos com:

I - qualificação da pessoa cuja proteção se pleiteia;

II - breve relato da situação motivadora da ameaça ou coação;

III - descrição da ameaça ou coação sofridas;

IV - informações sobre antecedentes criminais e vida pregressa da pessoa cuja proteção se pleiteia; e

V - informação sobre eventuais inquéritos ou processos judiciais em curso, em que figure a pessoa cuja proteção se pleiteia.

§ 1º O Ministério Público manifestar-se-á sobre todos os pedidos de admissão, antes de serem submetidos à apreciação do Conselho.

§ 2º O Conselho poderá solicitar informações adicionais dos órgãos de segurança pública.

§ 3º Se a decisão do Conselho for favorável à admissão, o Órgão Executor providenciará a inclusão do beneficiário na Rede Voluntária de Proteção.

Seção I

Do Conselho Deliberativo Federal

Art. 6º Ao Conselho Deliberativo Federal, instância de direção superior, compete:

I - decidir sobre os pedidos de admissão e exclusão do Programa;

II - solicitar às autoridades competentes medidas de proteção;

III - solicitar ao Ministério Público as providências necessárias à obtenção de medidas judiciais acautelatórias;

IV - encaminhar as pessoas que devem ser atendidas pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial, de que trata o Capítulo II deste Decreto;

V - adotar as providências necessárias para a obtenção judicial de alteração da identidade civil;

VI - fixar o valor máximo da ajuda financeira mensal aos beneficiários da proteção; e

VII - deliberar sobre questões relativas ao funcionamento e aprimoramento do Programa.

§ 1º As decisões do Conselho são tomadas pela maioria dos votos de seus membros.

§ 2º O Presidente do Conselho, designado pelo Ministro de Estado da Justiça dentre seus membros, pode decidir, em caráter provisório, diante de situações emergenciais e na impossibilidade de imediata convocação de reunião do Colegiado, sobre a admissão e a adoção de medidas assecuratórias da integridade física e psicológica da pessoa ameaçada.

Art. 7º O Conselho é composto pelos seguintes membros, designados pelo Ministro de Estado da Justiça:

I - um representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos;

II - um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

III - um representante da Secretaria Nacional de Justiça;

IV - um representante do Departamento de Polícia Federal;

V - um representante do Ministério Público Federal;

VI - um representante do Poder Judiciário Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; e

VII - um representante de entidade não-governamental com atuação na proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, indicado pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos.

Parágrafo único. Os membros do Conselho têm mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

Seção II

Do Órgão Executor Federal

Art. 8º Compete ao Órgão Executor Federal adotar as providências necessárias à aplicação das medidas do Programa, com vistas a garantir a integridade física e psicológica das pessoas ameaçadas, fornecer subsídios ao Conselho e possibilitar o cumprimento de suas decisões, cabendo-lhe, para tanto:

I - elaborar relatório sobre o fato que originou o pedido de admissão no Programa e a situação das pessoas que buscam proteção, propiciando elementos para a análise e deliberação do Conselho;

II - promover acompanhamento jurídico e assistência social e psicológica às pessoas protegidas;

III - providenciar apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal dos indivíduos admitidos no Programa;

IV - formar e capacitar equipe técnica para a realização das tarefas desenvolvidas no Programa;

V - requerer ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial a custódia policial, provisória, das pessoas ameaçadas, até a deliberação do Conselho sobre a admissão no Programa, ou enquanto persistir o risco pessoal e o interesse na produção da prova, nos casos de exclusão do Programa;

VI - promover o traslado dos admitidos no Programa;

VII - formar a Rede Voluntária de Proteção;

VIII - confeccionar o Manual de Procedimentos do Programa;

IX - adotar procedimentos para a preservação da identidade, imagem e dados pessoais dos protegidos e dos protetores;

X - garantir a manutenção de arquivos e bancos de dados com informações sigilosas;

XI - notificar as autoridades competentes sobre a admissão e a exclusão de pessoas do Programa; e

XII - promover intercâmbio com os Estados e o Distrito Federal acerca de programas de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

Parágrafo único. As atribuições de Órgão Executor serão exercidas pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Seção III

Da Rede Voluntária de Proteção

Art. 9º A Rede Voluntária de Proteção é o conjunto de associações civis, entidades e demais organizações não-governamentais que se dispõem a receber, sem auferir lucros ou benefícios, os admitidos no Programa, proporcionando-lhes moradia e oportunidades de inserção social em local diverso de sua residência.

Parágrafo único. Integram a Rede Voluntária de Proteção as organizações sem fins lucrativos que gozem de reconhecida atuação na área de assistência e desenvolvimento social, na defesa de direitos humanos ou na promoção da segurança pública e que tenham firmado com o Órgão Executor ou com entidade com ele conveniada termo de compromisso para o cumprimento dos procedimentos e das normas estabelecidos no Programa.

CAPÍTULO II

Do Serviço de Proteção ao Depoente Especial

Art. 10. Entende-se por depoente especial:

I - o réu detido ou preso, aguardando julgamento, indiciado ou acusado sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades, que testemunhe em inquérito ou processo judicial, se dispondo a colaborar efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração possa resultar a identificação de autores, co-autores ou partícipes da ação criminosa, a localização da vítima com sua integridade física preservada ou a recuperação do produto do crime; e

II - a pessoa que, não admitida ou excluída do Programa, corra risco pessoal e colabore na produção da prova.

Art. 11. O Serviço de Proteção ao Depoente Especial consiste na prestação de medidas de proteção assecuratórias da integridade física e psicológica do depoente especial, aplicadas isoladas ou cumulativamente, consoante as especificidades de cada situação, compreendendo, dentre outras:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II - escolta e segurança ostensiva nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; e

V - medidas especiais de segurança e proteção da integridade física, inclusive dependência separada dos demais presos, na hipótese de o depoente especial encontrar-se sob prisão temporária, preventiva ou decorrente de flagrante delito.

§ 1º A escolta de beneficiários do Programa, sempre que houver necessidade de seu deslocamento para prestar depoimento ou participar de ato relacionado a investigação, inquérito ou processo criminal, será efetuada pelo Serviço de Proteção.

§ 2º Cabe ao Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, o planejamento e a execução do Serviço de Proteção, para tanto podendo celebrar convênios, acordos, ajustes e termos de parceria com órgãos da Administração Pública e entidades não-governamentais.

Art. 12. O encaminhamento das pessoas que devem ser atendidas pelo Serviço de Proteção será efetuado pelo Conselho e pelo Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. O atendimento pode ser dirigido ou estendido ao cônjuge ou companheiro, descendente ou ascendente e dependentes que tenham convivência

habitual com o depoente especial, conforme o especificamente necessário em cada caso.

Art. 13. A exclusão da pessoa atendida pelo Serviço de Proteção poderá ocorrer a qualquer tempo:

- I - mediante sua solicitação expressa ou de seu representante legal;
- II - por decisão da autoridade policial responsável pelo Serviço de Proteção; ou
- III - por deliberação do Conselho.

Parágrafo único. Será lavrado termo de exclusão, nele constando a ciência do excluído e os motivos do ato.

Art. 14. Compete ao Serviço de Proteção acompanhar a investigação, o inquérito ou processo criminal, receber intimações endereçadas ao depoente especial ou a quem se encontre sob sua proteção, bem como providenciar seu comparecimento, adotando as medidas necessárias à sua segurança.

CAPÍTULO III

Do Sigilo e da Segurança da Proteção

Art. 15. O Conselho, o Órgão Executor, o Serviço de Proteção e demais órgãos e entidades envolvidos nas atividades de assistência e proteção aos admitidos no Programa devem agir de modo a preservar a segurança e a privacidade dos indivíduos protegidos.

Parágrafo único. Serão utilizados mecanismos que garantam a segurança e o sigilo das comunicações decorrentes das atividades de assistência e proteção.

Art. 16. Os deslocamentos de pessoas protegidas para o cumprimento de atos decorrentes da investigação ou do processo criminal, assim como para compromissos que impliquem exposição pública, são precedidos das providências necessárias à proteção, incluindo, conforme o caso, escolta policial, uso de colete à prova de balas, disfarces e outros artifícios capazes de dificultar sua identificação.

Art. 17. A gestão de dados pessoais sigilosos deve observar, no que couber, as medidas de salvaguarda estabelecidas pelo Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 1998.

§ 1º O tratamento dos dados a que se refere este artigo deve ser processado por funcionários previamente cadastrados e seu uso, autorizado pela autoridade competente, no objetivo de assegurar os direitos e as garantias fundamentais do protegido.

§ 2º Os responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais dos indivíduos protegidos, assim como as pessoas que, no exercício de suas funções, tenham

conhecimento dos referidos dados, estão obrigados a manter sigilo profissional sobre eles, inclusive após o seu desligamento dessas funções.

§ 3º Os responsáveis por tratamento de dados a que se refere este artigo devem aplicar as medidas técnicas e de organização adequadas para a proteção desses dados contra a destruição, acidental ou ilícita, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado.

CAPÍTULO IV

DAS Disposições Gerais

Art. 18. Os servidores públicos, profissionais contratados e voluntários que, de algum modo, desempenhem funções relacionadas ao Programa ou ao Serviço de Proteção devem ser periodicamente capacitados e informados acerca das suas normas e dos seus procedimentos.

Art. 19. Os beneficiários do Programa devem ter prioridade no acesso a programas governamentais, considerando a especificidade de sua situação.

Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.807, de 1999, obedecem a regime especial de execução e são consideradas de natureza sigilosa, sujeitando-se ao exame dos órgãos de controle interno e externo, na forma estabelecida pela legislação que rege a matéria.

Art. 21. Para a aplicação deste Decreto, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e termos de parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios, órgãos da Administração Pública e entidades não-governamentais, cabendo-lhe a supervisão e fiscalização desses instrumentos.

Art. 22. O Ministro de Estado da Justiça poderá baixar instruções para a execução deste Decreto.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.6.2000